



Com uma semana de atraso em razão do apagão, cidade realiza hoje o primeiro turno do pleito municipal. Semanas de caos, com graves danos à população, são desafio à imagem dos políticos em geral, e de Josiel Alcolumbre em particular

Macapá a caminho da luz

» LUIZ CALCAGNO

Ministério de Minas e Energia/Divulgação



No fim de novembro, o presidente Jair Bolsonaro visitou Macapá, a convite de Davi Alcolumbre (E), por causa do apagão

Uma conjuntura eleitoral na penumbra. Foi assim que um candidato a vereador de Macapá descreveu o cenário da campanha da capital amapaense ao *Correio*. Trata-se do único município brasileiro que ainda não teve o primeiro turno das eleições, marcado para este domingo. A população do estado viveu 22 dias de caos após um apagão que atingiu 14 das 16 cidades do estado e deixou um rastro de transtornos, prejuízos financeiros diversos, equipamentos elétricos e eletrônicos queimados e justificada indignação. Revolta que, em muitos casos, foi duramente reprimida pela polícia. O caos foi suficiente para embaralhar as cartas do pleito, que pode chegar na reta final com novos prediletos e rejeitados.

Nessa complexa configuração, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), que trabalha para impulsionar o irmão, o candidato a prefeito Josiel Alcolumbre, do mesmo partido, acabou por provocar uma profecia autorealizável. Disse que Josiel, supostamente o candidato favorito pelas pesquisas, foi “o maior prejudicado” pelo apagão. O senador referia-se à desaceleração da campanha e à queima de capital político do candidato da situação. No entanto, a maioria da população sofreu bem mais que os políticos. Esses, se não tinham geradores em casa, puderam comprar, diferentemente da maioria dos amapaenses.

A fala pegou mal e interferiu diretamente na queda de Josiel. Para piorar, a três dias das eleições, candidatos e eleitores esbarraram em ao menos duas pesquisas diferentes sobre a preferência geral, e com resultados bastante divergentes. Pelo Ibope, por exemplo, Josiel despencou de

35% para 26%, e depois recuperou dois pontos percentuais, chegando a 28%. Ele é seguido por Doutor Furlan (Cidadania) e por Patrícia Ferraz (Podemos), tecnicamente empatados em segundo lugar, com aproximadamente 13% das intenções de voto. No cenário do Ibope, o ex-senador João Capiberibe, o Capi, mantém-se em quarto lugar.

Na última hora, o cenário pode surpreender, como aconteceu, por exemplo, no outro extremo do país, em Porto Alegre (RS). Manuela D’Ávila (PCdoB) era considerada favorita, mas a vitória foi para as mãos de Sebastião Melo (MDB). Durante a última semana,

na Câmara, diversos deputados criticaram os levantamentos, que chegaram a chamar de criminosos. Mas, a ponderação e as críticas servem apenas para intensificar a penumbra que paira sobre as eleições municipais de Macapá.

“Incompetência”

Analista político e doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de São Paulo (Unesp), o amapaense Richard Leão acompanha de perto o complicado processo eleitoral de Macapá. Ele acredita que há risco de Josiel sequer chegar ao segundo turno, e já admitia, desde 26 de novem-

bro, a possibilidade de Capi ganhar força e se tornar representante das forças progressistas na região. O cenário é apontado como provável, também, para o sociólogo Rogério Meireles, que tem feito levantamentos junto à população nos últimos 10 dias.

Richard lembra que a crise energética provocou desabastecimento de água e de alimento, e ganhou proporções de crise humanitária. Muitos mercados só faziam transações em dinheiro, mas caixas eletrônicos também não funcionavam, agravando ainda mais o caos. Isso fez com que a teoria de que Davi Alcolumbre interveio junto à Justiça

Eleitoral apenas para salvar o irmão e ganhasse força, prejudicando ainda mais a situação de Josiel. “Ele atraiu para si a negatividade. Foi um tiro no pé. Tinha de ter pedido para intervir em todo o estado. Passaram a associá-lo a crise. O próprio senador perdeu popularidade”, avaliou.

O analista destaca que Josiel terá de fazer muito esforço para chegar competitivo ao segundo turno. No atual cenário, Cirilo Fernandes, Doutor Furlan e Patrícia Ferraz também teriam chances de se enfrentar em 20 de dezembro. “O apagão passou a fazer parte dos discursos dos candidatos. Todos adotam um tom

de crítica agressiva à postura incompetente do governo do estado com relação à crise do apagão, menos Josiel. E candidatos da esquerda, PSB, PT, Psol e outros adotaram tom de crítica forte e se organizam para falar das consequências do apagão, associando o candidato das máquinas à má gestão”, apontou.

Cenário divergente

Com o adiamento das eleições, os candidatos de Macapá tiveram a oportunidade de ver como o país se comportou e quem foi o principal vencedor nas eleições municipais no restante das cidades do estado e do país. Amplamente divulgado, o resultado mostrou um enfraquecimento de Jair Bolsonaro, que não conseguiu impulsionar os nomes de sua preferência, e uma vitória dos partidos do Centrão e, principalmente, do DEM, que foi o partido que mais conquistou prefeituras no país, saindo de 268 para 460. Porém, nesse sentido, também, os concorrentes a cargos eletivos da capital do Amapá se sentem no escuro.

O candidato do DEM é justamente o que vem perdendo forças e é também relacionado ao presidente da República. Afinal, foi Davi Alcolumbre quem articulou a visita de Bolsonaro ao Amapá. Mas o arranjo não surtiu o efeito desejado. Após a passagem do mandatário, houve novos blecautes e reclamações de racionamento de energia em várias regiões da capital. “O DEM teve espaço no território nacional, mas recebe o ônus do apagão. O prefeito de Macapá, Clécio Luís (sem partido), tem aceitação, mas tem dificuldade para transferir votos para Josiel. Jair Bolsonaro vai como herói para levar a luz, mas é uma grande frustração. O apagão continua”, elencou Richard Leão.

Futuro incerto para 104 prefeitos eleitos

» WESLEY OLIVEIRA

As eleições municipais terminaram no domingo passado, mas ao menos 104 municípios poderão sofrer mudanças em relação aos prefeitos escolhidos pelo voto popular. Nessas cidades, as candidaturas eleitas estão sob julgamento no Tribunal Superior Eleitoral. Em 2020, o número de prefeitos em situação indefinida aumentou mais de 40% na comparação com o pleito de 2016, quando 71 candidatos eleitos ainda precisavam regularizar suas situações com a Justiça Eleitoral. De acordo com o TSE, caso essas candidaturas venham ser impugnadas depois da posse, que ocorre em 1º de janeiro de 2021, essas

cidades terão novas eleições.

Na maioria dos casos, os candidatos vencedores estão enquadrados na Lei da Ficha Limpa. A norma aprovada em 2010 proíbe políticos condenados em segunda instância judicial de serem eleitos. Mas também abre a possibilidade de que o réu apresente recursos a tribunais superiores e obtenha, por meio de decisão liminar, o direito de concorrer.

“O que acontece hoje é que você só comprova os requisitos de Ficha Limpa quando se registra a candidatura. Nesta situação, entramos na seara da interpretação. Alguns juízes entendem que não há, outros entendem que naquele contexto há aplicação da lei da Ficha Limpa. Com isso uma

série de recursos vão sendo imputados, e o candidato muitas vezes consegue se eleger”, explica Acácio Miranda, jurista e especialista em Direito Eleitoral.

A lei eleitoral prevê que todos os recursos que envolvam deferimento ou indeferimento de candidaturas devem ser julgados 20 dias antes do primeiro turno pela Justiça Eleitoral. A finalidade é impedir que candidatos com problemas na Justiça Eleitoral concorram às urnas. Na prática, entretanto, isso não acontece.

“É humanamente impossível para o TSE (última instância) conseguir julgar os milhares de casos antes da eleição. Ainda mais com a redução do período de campanha e em uma eleição

municipal com milhares de candidatos. Esses julgamentos só vão ocorrer depois do pleito.”, afirma Bruna Gonçalves, advogada e membro da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (Abradep).

Idoneidade

Segundo a especialista, a Justiça Eleitoral já trabalha com um calendário de eleições suplementares, pois muitos eleitos serão cassados depois dos julgamentos. Nesta semana, por exemplo, o TSE determinou que novas eleições sejam realizadas em Bom Jesus de Goiás (GO).

Os ministros revogaram o registro de candidatura de Adair

Henriques da Silva (DEM) a prefeito do município goiano. Ele foi o candidato mais votado no primeiro turno das eleições, recebendo 50,26% dos votos válidos. Sem data para o novo pleito, o TSE determinou que o presidente da Câmara Municipal, da legislatura que inicia no próximo ano, exerça provisoriamente o cargo de prefeito na localidade.

“É comum que isso ocorra e novas eleições sejam realizadas neste período, justamente porque a Justiça só vai dando vazão aos casos durante o ano seguinte ao eleitoral”, completa Bruna Gonçalves.

Em 2016, o TSE teve de realizar novos pleitos em 183 municípios de todo o país. O estado de Minas

Gerais teve o maior número de cidades nesta situação, 33 no total. Em seguida aparece São Paulo com 25 casos. Paraná e Rio Grande do Norte tiveram 13 eleições suplementares, cada.

Para Marina Fernandes, coordenadora do Politize!, a Lei da Ficha Limpa é um grande avanço da legislação, mas ainda depende de conscientização por parte do eleitor. “O principal desafio para a plena efetividade da Lei da Ficha Limpa é conscientizar a população da importância da idoneidade dos candidatos a cargos públicos. É preciso que as pessoas saibam mais sobre política e cidadania para poderem fazer melhores escolhas nas eleições”, defende.

» DEU NO www.correiobraziliense.com.br

Para saber mais sobre essas notícias, acesse www.correiobraziliense.com.br

FHC: eleição municipal nunca é “previsora”

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso afirmou que o pleito municipal deste ano mostrou menor polarização, mas destacou que a eleição para a escolha de prefeitos nunca é “previsora” do que vai acontecer depois, sugerindo referência a 2022. “A eleição municipal é um fim em si mesmo, não que queira dizer que no futuro vai ganhar esse ou aquele. Não está em jogo isso”, disse, em participação no 3º Encontro Nacional de Liderança e Gestão Pública do CLP — Liderança Pública, ontem, de forma virtual. Mas o ex-presidente reconheceu que o clima melhorou, nesta eleição, com a sociedade lidando com os problemas de maneira mais prática. “Em vez de ser um clima de nós e eles, de ganha ou morre, foi um clima mais construtivo, acho que foi mais importante isso”, frisou. Sobre a covid-19, FHC criticou a postura do governo federal. “Na pandemia, ficou claro que as pessoas querem regra, querem saber o que pode e o que não pode. E cobra do Estado que o Estado não está sendo mais exigente. Muda o ministro da Saúde toda hora. Não pode. Falta um caminho, falta um rumo. Em que nós vamos nos apoiar, o que é certo ou errado nessa questão? A preeminência do setor público nesses momentos dramáticos acontece.”

Reprodução/YouTube



Bolsonaro participa de formatura na Aman

O presidente Jair Bolsonaro e o vice Hamilton Mourão participaram, ontem da cerimônia de formatura de 447 novos cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras (Aman), em Resende, no Rio de Janeiro. Apesar de os números de casos da covid-19 estarem em elevação em todo o estado, pouquíssimas pessoas usavam máscaras. Como de costume, o chefe do Executivo fez um discurso rápido, enaltecendo os formandos. “O papel do militar, além do garantido e definido em nossa Constituição, preocupação maior, é a soberania e liberdade, tão ameaçada nos últimos tempos”, disse. A formatura costuma ser um dos eventos de maior movimento da Aman, mas, em função da pandemia, o acesso, desta vez, foi restrito. A imprensa, por exemplo, não pôde acessar as dependências da academia. Apesar do zelo demonstrado, houve intensa aglomeração entre centenas de cadetes e familiares quase ao fim da cerimônia, com troca de abraços e cumprimentos — e boa parte das pessoas não usava máscaras de proteção.